

# ***A SENTENÇA JUDICIAL E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988***

---

**JOSÉ AUGUSTO DELGADO\***

*Juiz do TRF-5ª Região e*

*Professor Universitário*

## **1. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

A abordagem do tema referente à obrigatoriedade do Juiz motivar os atos decisórios não tem merecido, entre nós, ao contrário do que acontece na doutrina estrangeira, a devida atenção. Um levantamento da bibliografia a respeito, nos mostra que, sem se afastar as resumidas exposições constantes em "Comentários", "Cursos" e "Manuais", existe um estudo clássico feito por BARBOSA MOREIRA, intitulado *A Motivação das Decisões Judiciais como Garantia Inerente do Estado de Direito* (in RBDP, vol. 16, ps. 11 e seguintes, 1978, FORENSE); uma tese de autoria de BOTELHO DE MESQUITA, *A Autoridade da Coisa Julgada e a Imutabilidade da Motivação da Sentença*, publicada em 1963, São Paulo, a recente monografia de JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI, denominada de "A Motivação da Sentença no Processo Civil", Ed. Saraiva, 1987, e o conhecido pensamento de ENRICO TULLIO LIEBMAN, quando, na RP 29/79, expôs a respeito em *Do Arbítrio à Razão — Reflexões sobre a Motivação da Sentença*.

Se antes da vigência da Constituição Federal de 1988 o assunto merecia destaque, em face da obrigatoriedade contida nos arts. 458 e 459 do Código de Processo Civil e 381 do Código de Processo Penal da sentença ser motivada, muito mais se acentuou essa importância com a entrada em vigor da nova Carta Magna, em face da consagração constitucional de que todas as decisões dos órgãos do Poder Judiciário devem ser fundamentadas, sob pena de nulidade (art. 93, IX e X, CF).

É de ser esclarecido que o fato de o dever de motivação das decisões prolatadas pelos órgãos do Poder Judiciário haver sido erigido, como foi, a princípio de prestígio constitucional, decorreu da insuficiente força da legislação ordinária de coibir o não cumprimento dessa obrigação, um mau exemplo praticado pelos Juízes, desrespeitando um dos princípios informadores do processo civil moderno, nascido da transformação que a doutrina jusnaturalista fez do "ideário do liberalismo individual em conceitos abstratos que assumiram forma de regramentos processuais" (JOSÉ ROGÉRIO CRUZ E TUCCI, "A Motivação da Sentença no Processo Civil", Saraiva, p. 3, 1987).

Considerada a sentença como sendo o ato mais relevante da atividade decisória do Juiz, o requisito da sua motivação sempre mereceu intensa preocupação da doutrina alienígena, não só por ser uma operação complexa, integrada por questionamento de ordem racional e crítica, mas, também, por encerrar em seu bojo um elemento lógico e um elemento volitivo, tudo voltado para fazer justiça. Ocorre, ainda, que, de acordo com a estrutura do Direito Processual contemporâneo, os efeitos da integridade da sentença só existem se o Juiz, ao proferi-la, se vincular ao ordenamento jurídico a que está sujeito, manifestando, assim, validamente, a sua vontade, sem penetrar no círculo do arbítrio, o que levaria o seu ato a dar margem a injustiça e a insegurança.

Por essa razão é que o assunto vem merecendo preocupação intensa da doutrina estrangeira, conforme atestam os trabalhos dos autores que passo a registrar:

JERZI WROBLEWSKI, *Motivation de la Décision Judiciaire*, in "La Motivation des Décisions de Justice", Bruxelles, É. Bruylant, 1978.

ANDRÉ VANWELKENHUYZEN, *La Motivation des Revirements de Jurisprudence*, in "La Motivation des Décisions de Justice", Bruxelles, É. Bruylant, 1978.

BENEDITO PELLINGRA, "La Motivazione della Sentenza Penale", Milano, Giuffi, 1985.

MAC CORMICK, *The Motivation of Judgement in the Common Law*, in "La Motivation des Décisions de Justice", Bruxelles, É. Bruylent, 1978.

ENNIO AMODIO, *L'Obbligo Costituzionale di Motivazione e l'Istituto della Giuria*, RDP, 25(3), 1970.

BIAGIO BRUGI, *Motivos della Sentenza e Argomenti delle Parti in Causa*, in *Revista del Diritto Commerciale*, Milano, Vallardi, 15(2), 1917.

STEFANO EVANGELISTA, "Motivazione della Sentenza Civile", in ED, 1977, v. 27.

CARLO MARIA JACCARINO, in "Studi della Motivazione", Roma, Foro Italiano, 1933.

EDUARDO PALLARES, *Motivación de las Sentencias*, in "Diccionario de Derecho Procesal Civil", 3ª ed., México, Porruá, 1960.

As referências acima registradas foram apanhadas em decorrência de pesquisas desenvolvidas em bibliotecas universitárias, onde, também, doutrinação a respeito foi localizada em inúmeras outras obras de autores respeitados, embora tratado, também, de temas outros de processo.

O que se torna fixado é que, hoje, a motivação da sentença no ordenamento jurídico brasileiro recebe prestígio constitucional a nível de princípio, exigindo, conseqüentemente, um aperfeiçoamento nos elementos que a configuram, a fim de que a sua presença, em qualquer decisão, seja, efetivamente, uma forma de garantia do atuar processual.

## **2. O DEVER DE MOTIVAR AS DECISÕES JUDICIAIS**

A atividade desenvolvida pelos juízes de entregar a prestação jurisdicional tem características de finalidade pública e sentido de colaboração para apressar o processo de desenvolvimento e de criação do Direito. Em consequência, isso obriga a que a autoridade judiciária exerça maior esforço intelectual para intensificar o grau de racionalidade na descoberta da verdade jurídica que se exige seja sempre objetiva. Em assim ocorrendo, o Juiz há de se conscientizar de que o seu julgamento deve conter motivação suficiente, de modo que se apresente de forma lógica e com compreensão ao nível da capacidade de entendimento dos jurisdicionados.

A função da sentença judicial é a de consolidar a vontade do Direito na vida social. Ela transmite para a sociedade o resultado de uma função política exercida pelos juízes com o único objetivo de fazer Justiça. No exercício dessa função, onde a autoridade judiciária deve aplicar a lei positiva, cumpre-lhe, primeiramente, a obediência estrita ao conteúdo legal da norma jurídica geral, sempre que ela se apresenta em tom categórico. Em segundo lugar, o Juiz deve interpretar a lei de modo adequado, não se afastando do princípio da legalidade, de modo que ela se adeque às necessidades das relações sociais, caso seja de caráter duvidoso o seu conteúdo normativo. Em uma etapa diversa, se existir na norma jurídica positiva alguma espécie de vazio, deve o Juiz suprir a lacuna da lei. Por último, é dever do Juiz negar eficácia à lei de caráter geral, quando ela se apresenta violadora, não só no aspecto material, como no formal, da Constituição.

Qualquer que seja a situação a ser enfrentada, o Juiz tem a missão de fundamentar os motivos que determinaram a conclusão apontada, por isso se constituir em direito e prerrogativa dos jurisdicionados.

Por essa razão CALMON DE PASSOS, *in Da Arguição de Relevância no Recurso Extraordinário*, RF, 259:20, 1977, adverte que o princípio da obrigatoriedade da motivação das decisões é de ser considerado, em nosso sistema legal, regra genérica, sem comportar exceção, em feitos de qualquer natureza, como corolário de princípio inerente à garantia constitucionalmente assegurada, do devido processo legal.

Note-se, em face dessas afirmações, que a obrigatoriedade da motivação existe tanto para as sentenças, como para as decisões incidentais.

O panorama do princípio da motivação da sentença civil no momento, atual. do ordenamento jurídico brasileiro exige do Juiz o seguimento de determinadas regras, a fim de que possa o princípio ser, realmente, cumprido.

Uma das regras é a adoção, no ato de decidir, do princípio do livre convencimento motivado, ou da persuasão racional. Isso porque, conforme dispõe o art. 131 do Código de Processo Civil vigente, "o Juiz apreciará livremente a prova, atendendo aos fatos e circunstâncias constantes dos autos, ainda que não alegados pelas partes, mas deverá indicar; na sentença os motivos que lhe formaram o convencimento".

No particular, é de ser destacado que a motivação assume um relevante papel de racionalização dos valores examinados e demonstra o logicismo da convicção exposta, tendo como limites a lei e tudo que dela for possível ser extraído.

Desnecessário advertir, como o fez PONTES DE MIRANDA (Cf. "Comentários ao Código de Processo Civil", Rio de Janeiro, FORENSE, 1973, t. 2, p. 380), que "o inconveniente do princípio da livre apreciação, sem limites claros, é o de aumentar enormemente a responsabilidade do

Juiz, ao mesmo tempo que abre a porta às impressões pessoais, às suas convicções de classe ou políticas, às suas tendências de clã ou de clube..."

O Juiz, ao decidir uma causa, não foi chamado pelo jurisdicionado a emitir uma opinião, ele tem a obrigação de decidir, expondo a vontade do Estado sobre a lide em exame, não obstante lhe ser permitido considerar todos os fatos alegados e presentes nos autos. O certo é que, após os fatos se apresentarem em situação de assentamento nos autos, devem eles ser submetidos ao controle do ordenamento jurídico existente, aplicando-se-lhe a, norma adequada ao caso.

Uma outra regra que incide no momento de sentenciar, e que se liga ao dever de motivar é a de que o Juiz não está vinculado ao dispositivo ou dispositivos legais invocados pelas partes. Na verdade, o magistrado desenvolve as suas atividades segundo a regra a que pode fundar-se em argumentação jurídica, não vinda para os autos. Prevalece, assim, o conteúdo do brocardo latino da *mini factum, dabo tibi ius* - dá-me os fatos, que dar-te-ei o direito. O que o julgador não poderá alterar é a causa de pedir, pois, conforme adverte CELSO AGRÍCOLA BARBI, *in* "Comentários ao Código de Processo Civil", vol. I, p. 536, se isso ocorresse, estaria ele decidindo, em verdade, demanda diversa daquela que fora ajuizada. Por tais razões, certo é o pensamento de AMARAL SANTOS, *in* "Prova Judiciária", vol. I, p. 399, quando afirma que a formação da convicção do Juiz fica condicionada: "a) aos fatos nos quais se funda a relação jurídica controvertida; b) às provas desses fatos, colhidas na causa, c) às regras legais e a máxima de experiência..."

A motivação da sentença se torna, assim, elemento essencial da prática desse ato, por ser o meio da exteriorização das razões do julgador, revelando como a lei foi interpretada. É requisito da sentença que deve ser materializado de forma clara, lógica e precisa, para que se torne perfeita a compreensão de todos os pontos discutidos pelas partes e se cumpra ato que é um "imperativo do próprio sistema jurisdicional de

composição de "conflitos de interesses", conforme escreve PONTES DE MIRANDA ("Comentários", t. 8, p. 388).

### **3. SENTENÇAS QUE EXIGEM MOTIVAÇÃO APROFUNDADA**

De acordo com a sistemática adotada pelo Código de Processo Civil atual, tem-se, teoricamente, a exigência de motivação complexa para determinados atos decisórios, enquanto outros exigem, apenas, uma motivação concisa. Na primeira espécie estão as sentenças e acórdãos terminativos; na segunda, se encontram as decisões e acórdãos interlocutórios, bem como sentenças e acórdãos terminativos que não necessitem de um exame aprofundado do mérito. Esta última hipótese é, por exemplo, a contida no art. 269, II a V, do C. Pr. Civ.

Entendo que se respeita a determinação constitucional no tocante à obrigatoriedade da motivação da sentença, quando o Juiz, de forma concisa, decide causa onde o réu reconheceu a procedência do pedido (art. 269, II, C. Pr. Civ.); se manifesta indubitável o reconhecimento da decadência ou prescrição (art. 269, IV, C. Pr. Civ.); se há notícia formal de acordo firmado entre as partes (art. 269, III, C. Pr. Civ.); ou, ainda, se o autor renunciar expressamente à pretensão sobre que se funda a ação (art. 269, V, C. Pr. Civ.).

A concisão permitida não afasta, contudo, o julgador na expedição do seu ato sentencial, de inserir no mesmo os elementos exigidos pelo art. 458, do C. Pr. Civ.. Em assim se exigindo, há do Juiz fazer referência ao nome das partes, às razões legais que determinaram a conclusão a que chegou, às principais ocorrências de fato e, por fim, o reconhecimento de que a lide recebeu decisão eficaz, desaparecendo, conseqüentemente, o conflito que reclamava a prestação jurisdicional que estava sendo entregue.

Do exposto, concluo que se constitui dever do Juiz se manifestar acerca de todas as questões argüidas pelas partes, sob pena da sentença se apresentar viciada pela nulidade.

#### **4. ALGUNS PRONUNCIAMENTOS JURISPRUDENCIAIS SOBRE O TEMA**

O exame das posições reveladas pelos Tribunais demonstra que o princípio da motivação da sentença vem sendo exigido em toda sua amplitude. Em decorrência, há possibilidade de se firmar as regras que, de modo resumido, passo a registrar.

a) É nula a sentença que se omite em relação à procedência ou improcedência da Reconvenção, por não se admitir julgamento implícito por ter sido acolhido o pedido do autor (RT, 487/192).

b) Se o pedido está desdobrado em dois fundamentos e apenas um deles foi apreciado na sentença, é nula essa decisão (RT 600/163).

c) É nula a sentença que não examina matéria preliminar (RT, 595/127).

d) A rejeição de preliminar sem fundamentação determina a nulidade da sentença (RT, 580/255).

e) Não pode o Juiz, sob pena de nulidade da sentença rejeitar em bloco e sem qualquer fundamentação as preliminares argüidas por um dos demandantes, ao suporte de que todas elas foram bem rechaçadas pela parte contrária (RT 50/255).

f) Sentença *citra petita*. Nulidade. Nula é a sentença que decide a espécie sem examinar se configurou um dos ilícitos penais imputados a um dos réus na denúncia, deixando, assim, sem solução, um dos problemas suscitados no processo (Julgados do TARGS/76).



g) É elementar que a prestação jurisdicional, para constituir provisão válida, há que esgotar todas as questões propostas na peça acusatória, examinando, à luz da prova, todas as imputações constantes daquela peça (RJTJRS 17/52).

h) É nula a sentença condenatória que não indica o dispositivo legal aplicável (HC, n. 43.528 - STF, *in* "Jurisp. Crim." de HELENO FRAGOSO).

i) Nula é a sentença que não indica os dispositivos legais que considera viciados pelo réu, descumprindo destarte o art. 381, IV, do C. Pr. Pen.. Não supre a omissão o fato de se referir ao delito de apropriação indébita, porque essa figura criminosa pode se apresentar com várias modalidades (RT 255/76).

j) Nula é a sentença, se nela reportar-se o julgador a outra anteriormente anulada e, por conseguinte, juridicamente inexistente (Rev. Jur. 46/308).

k) É nula a sentença por falta de nexo lógico entre os fatos que descreve e as conclusões (RTJ 44/34).

l) Decisão confusa e ambígua na definição jurídica dos fatos julgados, além de omissa e imprecisa nas operações do cálculo das penas. Nulidade da sentença por falta de fundamentação (RJTRGS 38/120).

m) É nula a sentença que apresenta fundamentação e conclusão contraditória (STF, HC n. 44/7, *in* "Jurisp. Crim." de HELENO FRAGOSO).

As treze sínteses de julgados dos Tribunais acima citadas revelam o prestígio que a jurisprudência empresta ao princípio da motivação lógica, clara e precisa da sentença. Destaque-se, no particular, a preocupação em se exigir um nexo lógico entre a fundamentação e a

conclusão. Esse procedimento é considerado, no Direito Processual Contemporâneo, um aspecto novo e de suma importância no campo da garantia processual, conforme observação feita por PIETRO NUVOLONE in *Legalidade, Justiça e Defesa Social*, in RBCDP, 8/9.

## **5. A MOTIVAÇÃO DA SENTENÇA COMO GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL**

O requisito da motivação das decisões judiciais é aspecto que se insere na garantia do devido processo legal. É uma condição para a validade desse importante ato judicial, com finalidade de salvá-lo da mácula da arbitrariedade. A respeito, deve ser guardada a advertência que CALAMANDREI faz em seu opúsculo "Eles, os Juízes, vistos por Nós, os Advogados", Livraria Clássica Editora, Lisboa, 5ª ed., p. 143:

A fundamentação da sentença é sem dúvida uma grande garantia de justiça, quando consegue reproduzir exatamente, como num levantamento topográfico, o itinerário lógico que o Juiz percorreu para chegar à sua conclusão, pois se esta é errada, pode facilmente encontrar-se, através dos fundamentos, em que altura do caminho o magistrado se desorientou.

A exigência da motivação judicial visa se evitar o arbítrio praticado pela magistratura, que é a pior forma de ditadura. Nesse passo, convém ser lembrada a lição de JOSÉ CARLOS BARBOSA MOREIRA, in *A Motivação das Decisões Judiciais como Garantia Inerente ao Estado de Direito*, ("Temas de Direito Processual", Ed. Saraiva, 1980, ps. 87 e 88):

Vale acentuar que a necessidade da motivação se torna mais premente na medida em que se reconhece o papel desempenhado, no processo decisório, pelas opções valorativas do julgador, por exemplo ao concretizar conceitos jurídicos indeterminados, como os de "bons costumes", "exercício regular do direito", "interesse público" e outros análogos; e que as hipóteses de discricionariedade concedida pelo ordenamento ao órgão judicial marcam justamente os pontos mais sensíveis do problema: ao contrário do que pareceria à primeira vista, a motivação é tanto mais necessária quanto mais forte o teor de discricionariedade da decisão, já que apenas à vista dela se pode saber se o Juiz

usou bem ou mal a sua liberdade de escolha, e sobretudo se não terá ultrapassado os limites da discricção para cair no arbítrio.

A obediência ao princípio da motivação das decisões judiciais busca preservar a sua própria legalidade, com a característica da indispensável racionalidade. Não se constitui matéria nova no ordenamento jurídico brasileiro, haja vista que está inspirado nas melhores tradições do Direito luso-brasileiro, por já constar nas Ordenações Filipinas, no Livro III, Título LXVI, § 7, primeira parte:

E para as partes saberem se lhes convém apelar ou agravar das sentenças definitivas, ou vir com embargos a elas, e os juizes da mor alçada entenderem melhor os fundamentos - por que os juizes inferiores se movem a condenar, ou absolver - mandamos que todos nossos desembargadores, e quaisquer outros julgadores, ora sejam letradas, ora não o sejam, declarem especificamente em suas sentenças definitivas, assim na primeira instância, como no caso da apelação, ou agravo, ou revista, as causas, em que se fundaram a condenar ou absolver, ou a confirmar, ou revogar.

Noutro passo, a mesma regra está posta na Constituição Italiana, em seu art. 111, ao prescrever que "todas as medidas jurisdicionais devem ser motivadas".

Por fim, tenha-se presente a meditação de que a decisão judicial motivada não necessita se apresentar com rigorismo silogístico. Deve, contudo, ser lógica e obedecer aos deveres impostos pela legislação processual (arts. 131, 165 e 458, II, C. Pr. Civ.) para que não infrinja o devido processo legal.